

Porto Alegre, 5 de agosto de 2020

À  
**COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS**  
**Gerente em Exercício**  
**Sr. FERNANDO D'AMBROS LUCCHESI**  
**DEFESA SOBRE Ofício 175/2020/CVM/SEP/GEA-2**

Ref: Solicitação de esclarecimentos sobre notícia veiculada na mídia

A Companhia recebeu na tarde de ontem o Ofício 175/2020/CVM/SEP/GEA-2 ("Ofício"), solicitando que se manifestasse acerca de eventual necessidade de publicação de Fato Relevante, caso identificasse como verdadeiras as informações veiculadas em jornal de grande circulação no dia 04 de agosto do corrente.

Cumprе mencionar, preliminarmente, que o prazo concedido à Companhia foi extremamente reduzido e não possibilitou ao emissor uma resposta adequada dentro do período concedido. A concessão de prazo, independente das possibilidades legais atinentes ao tema, deve guardar uma dose relevante de razoabilidade e proporcionalidade. Um prazo de algumas poucas horas para que se receba o Ofício, circule internamente, se discuta, seja elaborada a defesa e se realize a entrega pelos meios de resposta não nos pareceu razoável e, tampouco, proporcional, tendo em vista os fundamentos que adiante serão ressaltados.

Saliente-se, por oportuno, que estamos vivendo um período de exceção causado pela Pandemia, o que pode representar dificuldades pontuais de acessos, instabilidades de redes domésticas, e uma infinidade de outras pequenas oscilações que atrasam os contatos outrora feitos assertivamente dentro do ambiente corporativo.

Nesse sentido, pedindo escusas pela inobservância do prazo concedido pela absoluta impossibilidade de atendê-lo, a Companhia requer não lhe seja imposta qualquer sanção pelo fato da resposta não ter sido encaminhada dentro do período estabelecido, em razão dos fundamentos acima expostos.

No que tange ao foco principal do Ofício, esclarece a Companhia que seu entendimento foi na linha de que as informações veiculadas no jornal a partir da reportagem realizada com o Presidente do Conselho de Administração não demandariam a publicação de Fato Relevante, nos termos da Instrução CVM nº 358/02 ("ICVM 358").

Veja-se que a ICVM 358 refere que o Fato Relevante tem lugar quando da existência de evento "relacionado aos seus negócios que possa influir de modo ponderável", em linhas gerais, na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia ou na decisão dos investidores em relação a esses valores mobiliários, e lista as possibilidades de ocorrência.

Dentre os itens mencionados, questiona o Ofício se o inciso XXI do artigo 2º da ICVM 358 não teria sido descumprido, uma vez que uma projeção teria sido objeto da entrevista veiculada no jornal. Em verdade, os dois pontos trazidos na matéria tratam-se apenas de uma avaliação, desprovida de informações não divulgadas, no sentido de que o ano corrente

deverá ser melhor do que o ano de 2019, conduzindo ao entendimento pela desnecessidade da publicação de Fato Relevante.

Veja-se que qualquer investidor, provido das informações básicas que são divulgadas pela Companhia na mídia ou nos meios usuais de divulgação aos investidores, tais como área plantada, estimativas de produtividade, custo por hectare, proteção financeira (“hedge”), somadas às informações que são de mercado, como, por exemplo, clima e câmbio, poderia facilmente concluir que o ano de 2020 será, sem dúvida, melhor do que o ano de 2019 em termos de resultado.

Fazer a projeção de uma receita maior, tal como mencionada pelo Presidente do Conselho, analisada em conjunto com um custo por hectare decrescente, conduzem à conclusão óbvia de que o lucro será maior. Essa conclusão não parece estar restrita a um grupo seleto ou ser tarefa apenas para analistas e pessoas que tem forte entendimento de mercado, mas para qualquer investidor que possui interesse em conhecer o negócio em que investe.

Frise-se que, a Companhia tem como viés principal, no concernente à informações que presta, o dever de transparência com seus investidores, potenciais investidores ou o mercado em geral, comunicando-se de forma pública e aberta a todos aqueles que tiverem interesse em conhecer o negócio e, pelos meios adequados previstos na regulamentação em vigor, sempre que entender que a informação se enquadra nos requisitos da norma.

Desta forma, a Companhia entende não ter descumprido qualquer preceito legal, solicita o encerramento do ofício, pelas razões ora apresentadas, sem a imposição de qualquer sanção.

Certos de sua atenção, ficamos à disposição para eventuais esclarecimentos, caso necessário.

Atenciosamente,

DocuSigned by:  
Ivo Marcon Brum  
Assinado por: IVO MARCON BRUM:46742077034  
CPF: 46742077034  
Data/Hora da Assinatura: 05/08/2020 17:44:16 BRT  
ICP-Brasil

Ivo Marcon Brum

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores